TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

DECISÃO DO DIRETOR-GERAL

Processo Administrativo Eletrônico nº 189/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2019

Exmo. Senhor Presidente,

1. Trata-se de processo administrativo eletrônico com vistas à locação de imóvel que abrigará o Cartório Eleitoral da 32ª Zona Eleitoral em Cláudia.
2. Cumpre reforçar que o Cartório Eleitoral já se encontra instalado no imóvel que se pretende alugar, no entanto, a obrigação pelo pagamento dos alugueis está sob a responsabilidade da Prefeitura, cabendo a este Tribunal assumir a responsabilidade a partir da pactuação do Contrato, ora em análise.
3. Em consonância com as informações trazidas aos autos, destaco:
 - a) A carta proposta de locação do proprietário do imóvel, no valor mensal do aluguel de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), consoante se observa no documento nº 5534/2019;
 - b) A declaração da Superintendência do Patrimônio da União (documento nº 5730/2018) que comprova a inexistência de imóvel próprio da União disponível no Município;
 - c) O Laudo Técnico de Avaliação de valor locativo realizado pela Superintendência do Patrimônio da União (documento nº 28045/2019) registrou as condições do imóvel pretendido, avaliando o valor mínimo de R\$ 2.553,69; o máximo de R\$ 3.121,18; valor médio de R\$ 2837,43; valor adotado R\$ 2.830,00.
 - d) A Assessoria Jurídica, por meio do Parecer nº 206/2019-ASJUR (documento nº 32.663/2019), procedeu ao enquadramento legal da despesa, inferindo pela aplicabilidade do art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993, destacando a aprovação da minuta de contrato, condicionada à observância da necessidade da correção da minuta apontada no citado parecer.

e) A Coordenadoria Orçamentária e Financeira apresentou a informação de disponibilidade orçamentária acostada no documento nº 30.176/2019, atestando à existência de recursos orçamentários suficientes para acobertar a despesa.

f) Consta, ainda, a declaração da Senhora Chefe de Cartório Eleitoral que preenche o binômio necessidade de instalação x localização do imóvel como condicionante da escolha do imóvel, amoldando ao permissivo legal do “caput” do art. 24, inciso X, supra, com suporte também no art. 12 da Resolução TRE/MT nº 795/2011, conforme demonstra os documentos nº 5558/2019 e 5560/2019.

4. Diante do exposto, atendidas às disposições legais e, ao corroborar com a instrução procedimental e anuir integralmente os termos da peça opinativa supracitada, bem como demonstrada a necessidade e viabilidade da locação, tendo por sustentação a competência delegada pela Portaria nº 117/2018, **autorizo, condicionado à ratificação Presidencial, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/1993:**

a) a realização da despesa, com a consequente contratação direta da locação do imóvel descrito na Cláusula Primeira da minuta de Contrato apresentada no documento nº 29.672/2019, com vigência de 60 (sessenta) meses, no valor de **R\$ 2.800,00** (dois mil e oitocentos reais) mensais.

b) a dispensa de licitação, fundamentada no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, com determinação de publicação no DJE/Diário Oficial da União-DOU, como condição para a eficácia dos atos, conforme exigência do artigo 26 do citado diploma legal;

c) emissão da respectiva nota de empenho e das vias contratuais definitivas.

5. Considerando as informações apresentadas pela Coordenadoria Orçamentária e Financeira – COF/SAO, em consonância com os critérios e procedimentos estabelecidos na Portaria nº 111/2012, **declaro** que a presente despesa tem a adequação e conformidade com a Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do artigo 16, inciso II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

6. **Submeto** o presente processo administrativo ao Excelentíssimo Presidente deste Tribunal propondo sua ratificação, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e da Portaria nº 117/2018.

7. Ao final, pondero pelo encaminhamento direto à **Secretaria de Administração e Orçamento** para adoção das medidas pertinentes, com posterior emissão das vias contratuais definitivas e emissão da respectiva nota de empenho.

8. Por fim, solicito a desconsideração do despacho visualizado no doc. nº 034464/2019.

Cuiabá-MT, em 29 de abril de 2019.

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO

Diretor-Geral